



Ata n.º 7/2025

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

No dia 16 de julho de 2025, com início pelas 15h00, teve lugar a reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Luís Menezes Leitão e secretariada pela Professora Cláudia Madaleno.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior;
2. Pessoal docente;
3. Concursos da carreira docente;
4. Licenciatura;
5. Mestrados;
6. Doutoramentos;
7. Pós-doutoramentos;
8. Cooperação;
9. Instituto de Direito Brasileiro;
10. Erasmus e Relações Internacionais;
11. Outros assuntos.

Estiveram presentes na reunião os Professores Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Carlos Blanco de Moraes, Ana Paula Dourado, Paulo de Sousa Mendes, José Luis Ramos, Renato Gonçalves, Fernando Loureiro Bastos, Sílvia, Alves, Luís Pereira Coutinho, Elsa Dias Oliveira, Isabel Graes, João Espírito Santo, Helena Morão, Jaime Valle, Isabel Vieira Borges e Jorge Silva Santos.

O Professor Dário Moura Vicente foi substituído pelo Professor Nuno Pissarra. A Professora Maria José Rangel de Mesquita foi substituída pelo Professor Pedro Lomba. A Professora Ana Rita Gil foi substituída pelo Professor Hugo Ramos Alves.

Antes do início da ordem de trabalhos, o Presidente propôs ao Conselho Científico uma homenagem ao Professor Paulo de Sousa Mendes, por se tratar da última sessão do Conselho em que estará presente antes da sua jubilação. Os membros associaram-se aos votos de maiores felicidades e ao agradecimento por todas as tarefas que desempenhou pela Faculdade.

O Professor Carlos Blanco de Moraes associou-se a este voto e realçou a brilhante intervenção do Professor Paulo de Sousa Mendes no Fórum Jurídico, recentemente realizado na Faculdade. Acrescentou que, mesmo depois da jubilação, continuaremos a contar com o Professor. Destacou também a forma decidida e construtiva como geriu os Estudos Pós-Graduados, numa linha de continuidade com o Professor Januário da Costa Gomes, o que permitiu que os alunos da FDUL passassem a aceder ao nosso Mestrado em Direito e Prática Jurídica.

O Professor Paulo de Sousa Mendes agradeceu as palavras e informou que vai providenciar a transição das pastas para outros Colegas, bem como que irá continuar a lecionar no Mestrado em Direito e Gestão e no Mestrado de Inteligência Artificial e Direito. Considerou que ficará sempre ligado à Faculdade, embora com outro estatuto e com mais tempo para a investigação científica. Também continuará a colaborar com o Centro de Investigação de Direito Privado (CIDP) e com outros centros de investigação.

De seguida, fez um breve balanço da sua vida académica na FDUL. Assim, deu conta de que foi testemunha direta de tempos interessantes, tendo vivido o antes e o depois do 25 de Abril de 1974, pelo que crê ser capaz de fazer um balanço objetivo dos dois períodos. O antes teve aspetos positivos, entre os quais a construção da Cidade Universitária, destacando-se a FDL (1957), mas também aspetos absolutamente deploráveis, como a censura e a repressão, não obstante a curta abertura proporcionada pela Primavera Marcelista, em 1969, inconsequente. O



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6-87.

depois também teve aspetos positivos e outros menos, mas a conquista da Liberdade e da Democracia prevalece de sobremaneira.

Considera que deve muito aos Professores José de Oliveira Ascensão e António Menezes Cordeiro, ao Conselheiro José de Sousa Brito e a Colegas que, infelizmente, já não estão entre nós, a saber, os Professores Augusto Silva Dias e João Curado Neves e os Drs. Manuel Cortes Rosa e Maria da Conceição Valdágua.

O Professor Luís Menezes Leitão agradeceu as palavras e lembrou que uma das obras que mais o influenciou foi um artigo do Professor Paulo de Sousa Mendes sobre as garantias das obrigações, publicado na Revista Jurídica, que muito o inspirou para os estudos subsequentes.

A Professora Maria João Estorninho saudou o Professor Paulo de Sousa Mendes, realçou que as suas qualidades científicas e académicas são conhecidas e expressou a sua admiração e imensa estima. Deu ainda testemunho de quão bom foi, nestes anos todos, a sua presença no Conselho Científico e noutras tarefas, destacando a sua postura e maneira de estar, a imensa dedicação, cordialidade, bom senso e respeito pelos colegas.

O Professor Fernando Loureiro Bastos assinalou também, enquanto Presidente do Instituto de Cooperação Jurídica, que era importante lembrar os contributos valiosíssimos que o Professor Paulo de Sousa Mendes teve na cooperação e que muito agradece.

A Professora Sílvia Alves transmitiu a sua enorme gratidão e referiu ainda o diálogo muito útil, que lhe permitiu fazer o seu trabalho de forma completamente diferente.

Terminado este ponto, o Presidente agradeceu as intervenções de todos.

1. Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (Aprovação da ata da reunião anterior)

Foi colocada à votação a ata n.º 6/2025 do Conselho Científico, correspondente à reunião plenária do Conselho Científico de 18 de junho de 2025, a

qual foi aprovada por unanimidade e não tendo votado os Professores que não estiveram presentes na reunião em causa.

2. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Pessoal docente)

2.1. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de contratação como Professora Auxiliara convidada da Doutora [REDACTED] (Anexo 1), a qual foi aprovada por maioria, com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto que disse ser exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Histórico-Jurídicas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata ou extrato de ata da reunião do Grupo. Esclareceu ter votado favoravelmente a proposta na reunião de grupo e manifestado disponibilidade para colaborar na feitura do extrato de ata.

2.2. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de contratação de assistentes convidados para o Grupo de Ciências Jurídicas (Anexo2), de entre os candidatos seriados pela comissão criada para o efeito (Anexos 3).

A Professora Helena Morão pediu a palavra e referiu que a deliberação tomada no Grupo de Ciências Jurídicas teve o seu voto contra, bem como do Professor António Brito Neves, por considerarem que o aviso de contratação indica quatro critérios relevantes para a seleção dos candidatos, mas na reunião foi esclarecido que o critério preponderante foi a nota da licenciatura. Assim, informou que não pode subscrever a decisão da comissão científica, porque entende que atribui a lecionação de aulas práticas a candidatos que considera serem menos qualificados, além de que considera ter havido falhas, indicando que o anexo não contém as informações referentes a todos os candidatos.

O Presidente sublinhou que a deliberação foi tomada com uma larga maioria, havendo apenas dois votos contra, além de que nenhum candidato apresentou qualquer reclamação, pelo que nada há a acrescentar a este respeito.

601.

O Professor João Espírito Santo informou que não lhe foi possível comparecer à reunião de grupo. Disse reconhecer a autoridade do Grupo para deliberar quanto a esta questão, mas acompanha a posição da Professora Helena Morão.

O Professor Jorge Silva Santos destacou que a revisão do ECDU promovida em 2005 implicou uma alteração substancial no ingresso na carreira docente a que a Faculdade não tem conseguido responder, abrindo os necessários concursos para Professores Auxiliares. Importa, por isso, garantir, dado o muito elevado número de docentes especialmente contratados - Professores e Assistentes Convidados - ao serviço da Faculdade, que os procedimentos seguidos no respetivo recrutamento garantam a seleção dos melhores, o que, no caso em discussão, pode não ter acontecido.

O Professor Luís Pereira Coutinho considerou que, muitas vezes, os concursos distinguem perfis, podendo ser contratados candidatos com diferentes perfis e percursos. Por outro lado, concorda que há licenciados com médias absolutamente excecionais. Em conclusão, parece que a listagem com este critério merece aprovação.

O Professor Paulo de Sousa Mendes considerou que a comissão científica determinou que o concurso deve privilegiar essencialmente os licenciados e não quem esteja a fazer doutoramento. Sublinhou que também há muitos assistentes a fazer doutoramento, mas que já ultrapassaram o prazo de entrega das teses. Relembrou que este critério já foi usado no ano anterior e visa impedir uma consolidação de posição por inércia, considerando que, do ponto de vista estratégico, a Faculdade precisa de renovação.

O Professor José Luís Ramos disse acompanhar na generalidade os Professores Luís Pereira Coutinho e Paulo de Sousa Mendes. Recordou o antigo concurso para assistente estagiário, em que muitos não eram admitidos e ficavam sem carreira, enquanto hoje em dia não é assim, já que a exclusão num determinado concurso não torna praticamente irreversível o ingresso. Considerou ainda que o procedimento não teve qualquer falha: houve uma candidata que cessou as suas

funções como assistente convidada a meio do ano letivo, pelo que não estava efetivamente em funções, não podendo beneficiar desse critério.

O Professor Jaime Valle sublinhou que, apesar de estar em causa um tema do Grupo de Ciências Jurídicas, as intervenções feitas são considerações gerais. Na sua perspetiva, considera muito discutível privilegiar apenas os novos talentos que acabaram de se licenciar, pois assim há menos incentivos para concluir o doutoramento. Referiu ainda que, no Grupo de Ciências Jurídico-Políticas, são selecionados tanto os candidatos com mestrado, como os licenciados.

O Presidente recordou que não se trata de um concurso, mas sim de um convite, bem como que o processo foi delegado numa comissão, a qual apreciou e decidiu, tendo o Grupo concordado, apenas com dois votos contra. Tratando-se de um processo transparente, se algum candidato pretender, poderá reagir e essa reclamação será apreciada.

Após a discussão, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada com quinze votos a favor, cinco votos contra (Professores Helena Morão - que irá enviar declaração de voto, Jorge Silva Santos, Hugo Ramos Alves, Jaime Valle e João Espírito Santo) e uma abstenção (Professora Ana Paula Dourado). O Professor Jorge Silva Santos sublinhou que o seu voto contra se deve a razões formais, por a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata ou extrato de ata da reunião do respetivo Grupo Científico, mas também a razões materiais. Subcreveu declaração de voto conjunta.

2.3. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de contratação de assistentes convidados para o Grupo de Ciências Jurídico-Políticas (Anexo 4).

O Professor Jaime Valle referiu que, nesta matéria, os estatutos do grupo exigem que o plenário decida, o que não se verificou.

A Professora Maria João Estorninho pediu a palavra e explicou que é apresentada uma lista, da qual constam 35 assistentes que já trabalham na FDUL, havendo três pessoas que saem e três novos assistentes. Em relação aos assistentes que renovam o contrato, foi pedida a manifestação de interesse, todos o fizeram,



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

lg
ej

tendo de seguida sido pedidas as preferências por disciplinas. Sublinhou que este processo, incluindo as respostas recebidas, foi efetuado sempre com conhecimento para a comissão executiva do grupo (composta pelos Professores João Miranda, Jaime Valle e Heloísa Oliveira). Também foi pedida uma declaração ao respetivo regente com quem os assistentes trabalharam este ano, com vista a dar conta do serviço prestado. Assim, a proposta é para renovar todos, com exceção de três que pediram para não renovar. Em relação aos três novos nomes, resultam do procedimento com anúncio publicado no 2.º semestre deste ano letivo, o qual teve 50 candidaturas, apreciadas por um júri constituído pela própria Professora Maria João Estorninho e pelos Professores Jaime Valle e Miguel Prata Roque. No âmbito desse procedimento, foi elaborada uma lista de suplentes que circulou e foi entregue nos serviços, na qual se referia que a mesma servia para o 2.º semestre e para o ano letivo seguinte. Referiu que, em relação à distribuição de serviço docente, apenas conseguiu enviar ao Grupo na segunda-feira anterior a esta reunião, tendo feito todos os contactos para os novos assistentes e alocado as subturmas em falta. Referiu que alguns colegas responderam ao email, não tendo sido suscitado qualquer problema. Realçou que o ficheiro foi enviado duas vezes por email e que todos puderam dizer o que entendessem, tendo falado com a maioria dos professores e assistentes pessoalmente. Reconheceu que está prevista a decisão pelo plenário do grupo, mas não é inédito ser feito desta forma, tendo também já sido feito assim em relação a júris. Concluiu, informando que tem um documento com a carga horária de todos os assistentes que constam da lista, sendo que todos têm a carga horária devida e as cadeiras estão todas distribuídas. Assim, apresenta a proposta a votação.

A proposta foi aprovada por maioria, com cinco votos contra (Professores Helena Morão, João Espírito Santo, Jaime Valle, Jorge Silva Santos e Hugo Ramos Alves) e duas abstenções (Professores Carlos Blanco de Moraes e Isabel Vieira Borges).

2.4. Proposta de contratação de Assistentes convidados para o Grupo de Ciências Jurídico-Económicas.

O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de contratação de assistentes convidados para o Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (Anexo 5).

A Professora Ana Paula Dourado informou que foi mantida a lista de assistentes convidados do ano letivo em curso.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra do Professor Jorge Silva Santos (voto exclusivamente motivado por a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata ou extrato de ata da reunião do respetivo Grupo Científico) e uma abstenção (Professora Isabel Vieira Borges).

2.5. Proposta de contratação de Assistentes convidados para o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas.

O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de contratação de assistentes convidados para o Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas (Anexo 6).

A Professora Sílvia Alves informou que a listagem foi levada ao plenário do grupo e que foi votada favoravelmente.

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com um voto contra do Professor Jorge Silva Santos, exclusivamente motivado por a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata ou extrato de ata da reunião do respetivo Grupo Científico, reunião em que votou favoravelmente a proposta de ordenação dos candidatos a contratar em função das necessidades da DSD do grupo.

3. Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Concursos da carreira docente)

Pelas dezasseis horas e vinte minutos, ausentaram-se da sala os Professores Isabel Vieira Borges, Jaime Valle, Hugo Ramos Alves, Jorge Silva Santos, Renato Gonçalves, Nuno Pissarra, Pedro Lomba e Cláudia Madaleno.

O Presidente apresentou a proposta de edital para a abertura de concurso para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de seis Professores Associados, na área disciplinar de Ciências Jurídicas (Anexo 7).

Colocada a votação, a proposta foi aprovada por maioria, com uma abstenção (Professora Helena Morão).

De seguida, a Professora Maria João Estorninho apresentou a proposta de edital para a abertura de concurso para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de quatro Professores Associados, na área disciplinar de Ciências Jurídico-Políticas (Anexo 8), a qual foi aprovada por maioria, com um voto contra (Professor Carlos Blanco de Moraes).

Foi ainda apresentada a proposta de edital para a abertura de concurso para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de três Professores Associados, na área disciplinar de Ciências Histórico-Jurídicas (Anexo 9), a qual foi aprovada por unanimidade.

Neste momento, ausentaram-se da sala os Professores Fernando Loureiro Bastos, Sílvia Alves, Luís Pereira Coutinho, José Luís Ramos, Isabel Graes e Elsa Oliveira.

O Presidente apresentou a proposta de edital para a abertura de concurso para recrutamento, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas, de um Professor Catedrático, na área disciplinar de Ciências Jurídico-Económicas (Anexo 10). Colocada a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade, com os votos do Presidente e dos Professores Carlos Blanco de Moraes, Paulo de Sousa Mendes, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho e Ana Paula Dourado.

4. Ponto 4 da Ordem de Trabalhos (Licenciatura)

Os Professores que se haviam ausentado da sala regressaram pelas 17 horas e 8 minutos.

4.1. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídicas para o ano letivo 2025/26 (Anexo 11), a qual foi aprovada por maioria, com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da competência

do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídicas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata ou extrato de ata da reunião do Grupo.

4.2. O Presidente informou o Conselho acerca da proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas para o ano letivo 2025/26 (Anexo 12), a qual foi aprovada por maioria, com seis votos contra (Professores Jorge Silva Santos, Isabel Vieira Borges, Hugo Ramos Alves, Helena Morão, Jaime Valle e João Espírito Santo) e com uma abstenção (Professor Carlos Blanco de Moraes). O Professor Jorge Silva Santos motivou o voto por, tratando-se de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídico-Políticas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata ou extrato de ata da reunião do Grupo.

4.3. O Presidente informou o Conselho acerca da lista provisória (atualizada) de alunos de mobilidade inscritos por disciplina no 1.º semestre do ano letivo de 2025/26 para efeitos de Distribuição do Serviço Docente, nomeadamente a atribuição de subturmas lecionadas em inglês (Anexo 13). O Conselho Científico tomou conhecimento.

5. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Mestrados)

5.1. Foi aprovado, por maioria, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídicas (Anexo 14), com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídicas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata da reunião do Grupo.

5.2. Foi aprovado, por maioria, o mapa de alteração do júri de Mestrado relativo à aluna [REDACTED], por forma a substituir a Professora Paula Meira Lourenço, (Anexo 15), com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6
87.

competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídicas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata da reunião do Grupo.

5.3. Foi aprovado, por maioria, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas (Anexo 16), com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídico-Políticas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata da reunião do Grupo.

5.4. Foi aprovado, por maioria, o mapa de alteração do júri de Mestrado relativo à aluna [REDACTED] (Anexo 17), com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídicas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata da reunião do Grupo.

5.5. Foi aprovado, por maioria, o mapa de alteração do júri de Mestrado relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 18), com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídico-Políticas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata da reunião do Grupo.

5.6. Foi aprovado, por maioria, o mapa de constituição de júris de Mestrado do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas (Anexo 19), com o voto contra do Professor Jorge Silva Santos, voto exclusivamente motivado por, tratando-se de matéria da competência do Plenário de Doutores do Grupo Científico de Ciências Jurídico-Económicas, a proposta de deliberação não ter sido instruída com a ata da reunião do Grupo.

5.7. Foi aprovado, por unanimidade, o pedido de alteração de tema, por parte do aluno [REDACTED] (Anexo 20).

5.8. Foi aprovado, por unanimidade, o pedido de alteração de tema, por parte da aluna [REDACTED] (Anexo 21).

5.9. Foi aprovado, por unanimidade, o pedido de alteração de tema, por parte da aluna [REDACTED] (Anexo 22).

5.10. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Prática Jurídica 2024/2025 (Anexo 23).

5.11. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica 2023/2024 (Anexo 24).

5.12. O Conselho tomou conhecimento da informação estatística elaborada pela Divisão Académica relativa às três fases de candidaturas nos 2.º e 3.º ciclos de estudos. (Anexo 25).

Sobre este ponto, a Professora Isabel Graes apresentou o documento, explicando que não se trata ainda de dados definitivos, uma vez que ainda está em conclusão a terceira fase de candidaturas. Fez ainda um agradecimento expresso ao Professor Paulo de Sousa Mendes, que tem sido um porto de abrigo nas funções desempenhadas no âmbito da CEPG, com quem muito aprendeu e se mostrou sempre disponível para todos os esclarecimentos. Sublinhou que, não obstante os alunos admitidos, isso não quer dizer que todos se convertam em futuros alunos, já que estes podem não formalizar a matrícula. Assim, apenas teremos dados definitivos no fim das matrículas. De todo o modo, as candidaturas ao Mestrado em Direito e Prática Jurídica mostram o sucesso deste ciclo de estudos, tendo sido preenchidas praticamente todas as vagas, com uma elevada taxa de alunos da FDUL. Quanto ao Mestrado em Direito e Ciência Jurídica e ao Doutoramento, os números

67

ainda estão abaixo do esperado. Considerou que seria importante visitar o relatório da CEPG e, nesse âmbito, reconsiderar o modelo dos cursos de mestrado.

O Presidente agradeceu as informações prestadas.

5.13. O Conselho tomou conhecimento da Distribuição do Serviço Docente relativa ao Mestrado em L&M. (Anexo 26).

O Professor Paulo de Sousa Mendes referiu que vamos agora entrar no quinto ano de vigência deste curso, sendo admitidos no máximo vinte alunos por cada ano letivo. No primeiro ano entraram doze alunos, no segundo ano entraram dezassete, no terceiro ano entraram vinte e no quarto ano entraram dezoito. Neste momento, já há 37 graduados, sendo que muitos estão ainda a fazer a dissertação. Para o próximo ano letivo há 49 candidatos, de várias nacionalidades, europeias e não europeias.

6. Ponto 6 da Ordem de Trabalhos (Doutoramentos)

6.1. Foi aprovada por unanimidade a candidatura à 2.^a fase do Doutoramento em Direito - Tese - dos alunos [REDACTED] e [REDACTED] [REDACTED] (Anexo 27).

6.2. Foi aprovado por unanimidade o pedido de admissão à fase de preparação da tese de doutoramento com Dispensa da Fase Escolar/*Per Saltum* por parte da aluna [REDACTED] (Anexo 28).

6.3. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 29).

6.4. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 30).



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6
9

6.5. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 31).

6.6. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 32).

6.7. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 33).

6.8. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 34).

6.9. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 35).

6.10. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 36).

6.11. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 37).

6.12. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 38).

6.13. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 39).

6.14. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 40).



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

6
87.

6.15. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 41).

6.16. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo ao aluno [REDACTED] (Anexo 42).

6.17. Foi aprovado, por unanimidade, o mapa de constituição do júri de doutoramento relativo à aluna [REDACTED] (Anexo 43).

7. Ponto 7 da Ordem de Trabalhos (Pós-doutoramentos)

Não havendo nada a tratar, passou-se ao ponto seguinte.

8. Ponto 8 da O.T. (Cooperação)

O Presidente deu a palavra ao Professor Fernando Loureiro Bastos, que informou que o exercício de funções do Professor [REDACTED] como Assessor Científico da Faculdade de Direito de Bissau (FDB), está a correr muito bem, tendo assumido também o papel de gestor de projeto (dado tratar-se de uma atividade com o financiamento da Cooperação Portuguesa). Neste âmbito, já foi entregue ao Instituto Camões o projeto de financiamento para a FDB relativo ao ano letivo de 2025/2026 e apresentado um projeto de mestrado a ser desenvolvido nesta instituição. Assim, propôs a renovação da nomeação do Professor [REDACTED] para Assessor Científico no próximo ano letivo, a qual foi aprovada por unanimidade.

O Professor Fernando Loureiro Bastos informou também que já teve início o quarto curso de doutoramento da Faculdade de Direito Eduardo Mondlane, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Macau. As aulas iniciaram-se com o seminário de Metodologia Jurídica e de Investigação Científica, regido pela Professora Catarina Salgado, em junho, e com o seminário de Teoria do Direito, lecionado pelo Professor Eduardo Vera-Cruz Pinto, no corrente mês de julho.

Na segunda quinzena do mês de julho, terão lugar em Moçambique duas atividades no âmbito das comemorações dos cinquenta anos da sua independência: i) na Universidade Save, em Maxixe, uma conferência e formações de curta duração, a cargo da Professora Carla Amado Gomes e do Professor Fernando Loureiro Bastos, sobre o Direito do Ambiente e o Direito dos Recursos Naturais; e ii) na Universidade Zambeze, na Beira, uma conferência e formações de curta duração, a cargo do Professor Hugo Ramos Alves e do Professor Fernando Loureiro Bastos, sobre Direitos dos Transportes Rodoviários e Ferroviários.

Acrescentou que houve participação nas reuniões do júri de duas teses de doutoramento, na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e na Universidade Zambeze, na Beira (tese de doutoramento do Mestre [REDACTED] com orientação da Professora Catarina Salgado e arguição a cargo do Professor Fernando Loureiro Bastos).

9. Ponto 9 da Ordem de Trabalhos (Instituto de Direito Brasileiro)

O Presidente deu a palavra ao Professor José Luís Ramos, que informou que o IDB realizou o 1.º Encontro Luso-Brasileiro IBRADEMP (Instituto Brasileiro de Direito Empresarial) / IDB (instituto de Direito Brasileiro), coordenado pela Professora Catarina Monteiro Pires, o qual contou, entre outros, com oradores da FDUL (Professoras Catarina Monteiro Pires, Paula Costa e Silva), do IBRADEMP (Professor Henrique Barbosa) e da Universidade Católica (Professor Paulo Câmara).

De acordo com o prazo superiormente fixado, o IDB entregou o plano de atividades para 2026. Já, como já havíamos sinalizado, além da realização de eventos, num total de dezassete, a programar no próximo ano, abriremos outras valências. Designadamente, a receção de professores visitantes e a realização de semanas científicas. Informou que já há um acordo com a CESUPA, Universidade do Pará, para promover uma semana científica em janeiro do próximo ano.

Referiu ainda ter sido convidado para estar presente nalgumas atividades em representação do IDB. Designadamente, o Fórum Jurídico, a convite do Professor Carlos Blanco de Moraes. Assim, além de ter elogiado a organização deste evento,



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

69

considerou terem ficado evidentes as lacunas das infra-estruturas da Faculdade, atentas as modificações introduzidas pela organização do Fórum. Parecia uma outra Faculdade, desde o staff, às poltronas, mesas e cadeiras dos anfiteatros, ao ar condicionado, à aparelhagem de som, etc. Em sua opinião, a Faculdade tem de refletir sobre o seu futuro, caso pretenda que os eventos que organiza, nomeadamente os do IDB, possuam um mínimo de dignidade. Em especial, as especiais capacidades em termos de som, técnicos, microfones, etc.

Acrescentou ainda ter sido também convidado pelo Diretor da FDUL para uma deslocação à Casa de Portugal de São Paulo, a qual pretende celebrar um protocolo com a FDUL relativa à cessão não onerosa de espaço, à semelhança do que sucedeu, no ano passado, com a Universidade de Coimbra. O protocolo será celebrado na semana de 14 de setembro e, nessa oportunidade, o IDB promoverá a sessão inaugural do Curso intitulado "Cultura, Sociedade e Transformação".

No intuito de aproveitar essa semana, a Professora Catarina Monteiro Pires e eu próprio participaremos numa aula aberta na USP, numa disciplina do Professor Adamek. Também participará numa conferência sobre o Processo Coletivo, no Tribunal da 3.^a Região, a convite da Desembargadora Inês Virgínia Prado Soares e ainda num Encontro com os representantes paulistas da ABDPro (Associação Brasileira de Direito Processual), Professor Glauco Gumerato Ramos.

O Professor Carlos Blanco de Moraes agradeceu as palavras e cumprimentou o Professor José Luís Ramos pela iniciativa referente à Casa de Portugal em São Paulo. Referiu que no âmbito do Fórum Jurídico estiveram na FDUL cerca de 3000 pessoas e 400 oradores, da área jurídica e económica, tendo sido o maior de todos os eventos. Dada a estrutura do evento, foi necessário contratar ar condicionado portátil.

Por fim, o Presidente felicitou o Professor Carlos Blanco de Moraes pelo enorme sucesso deste evento.

10. Ponto 10 da Ordem de Trabalhos (Erasmus e Relações Internacionais)

O Presidente deu a palavra ao Professor Vasco Pereira da Silva, que referiu a realização em Budapeste, na terceira semana de junho, da reunião anual do Grupo Elpis ("European Legal Practice Integrated Studies"), a qual reuniu todas as universidades europeias (membros do consórcio), bem como delegações dos Estados Unidos da América e da América e da América Latina (membros-associados). Indicou que esta reunião foi marcada pela ideia da abertura a Leste, tendo sido aceites como novos membros: uma universidade da Geórgia e uma universidade da Letónia. Para além das sessões de trabalho habituais, presididas pelo Prof. Vasco Pereira da Silva, teve também lugar uma conferência científica subordinada ao tema "Fake news and Freedom of Expression".

Na quarta semana de junho realizou-se o Congresso da "Societas Iuris Publici Europaei" (SIPE), em Brno (República Checa). O Congresso estava integrado nas comemorações oficiais do Centenário do Primeiro Código de Procedimento Administrativo, tendo a sessão inaugural ocorrido no Tribunal Constitucional e a sessão final no Supremo Tribunal Administrativo da República Checa. O Congresso contou com três representantes da FDUL, a convite daquela instituição: a Professora Maria João Estorninho (Presidente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas); o Professor Miguel Raimundo, que fez uma conferência num painel sobre procedimento administrativo comparado; e o próprio Professor Vasco Pereira da Silva (membro da Direção da SIPE), que moderou um dos painéis sobre a evolução do procedimento administrativo europeu.

Na primeira semana de julho realizou-se o XV Encontro Anual da Asociación Sui Iuris, a maior organização de faculdades da América Latina. A FDUL foi membro da Direção durante o último mandato, tendo a reunião servido para estabelecer "pontes" entre a Europa, a América Latina e os EUA, nomeadamente através da institucionalização da cooperação entre as instituições participantes, a saber: Sui Iuris, SEALS ("Southeastern American Association"), ELPIS e SIPE. Houve também duas conferências neste evento: uma sobre a experiência pedagógica da "Global Law

Classroom" e a outra sobre «Courts, Rule of Law and Protection of Human Rights»). Referiu que estão disponíveis na Página da FDUL e no Site do ELPIS Network as gravações destas sessões.

Na próxima semana terá lugar um evento organizado pela ELSA, que é parceira do GERI da FDUL, sobre o tema da Inteligência Artificial e suas consequências para as ciências jurídicas. Aproveitou a oportunidade para se juntar à homenagem ao Professor Paulo de Sousa Mendes, que foi o primeiro colega da FDUL a aceitar o convite para intervir neste evento, agradecendo ainda toda a colaboração que tem prestado ao GERI.

Referiu que o GERI preparou atempadamente a lista dos estudantes estrangeiros para o primeiro semestre do próximo ano letivo, que é sensivelmente o mesmo número do ano letivo anterior, o que demonstra que continuamos a ser uma faculdade muito atrativa para os estudantes estrangeiros.

Por último, referiu um pedido de co-tutela, apresentado por um candidato brasileiro, da Universidade 9 de julho (São Paulo), que se propõe fazer uma tese sobre a Proibição *ne bis in idem*. Analisada a questão e considerando, nomeadamente que o pedido foi efetuado a título individual e não institucional, e que não existem quaisquer acordos de cooperação académica entre a FDUL e a referida instituição brasileira, o Conselho entendeu não aceitar o pedido, sem prejuízo de o candidato poder vir eventualmente a apresentar a sua candidatura ao curso de doutoramento.

12 Ponto 11 da Ordem de Trabalhos (Outros Assuntos)

O Presidente do Conselho Científico sugeriu que fossem agendadas as próximas reuniões do Conselho Científico para os dias:

- 10 de setembro de 2025;
- 15 de outubro de 2025;
- 12 de novembro de 2025;
- 10 de dezembro de 2025.

Mais ficou acordado que na reunião de 15 de outubro seria abordada, em particular, a questão dos mestrados.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

13 Encerramento

O Presidente do Conselho Científico desejou umas excelentes férias e um bom descanso a todos, dando por encerrada a sessão pelas 18 horas e dezassete minutos.

O Presidente do Conselho Científico

(Professor Luís Menezes Leitão)

A Secretária do Conselho Científico (em substituição)

(Professora Cláudia Madaleno)